

A leitura literária no cárcere: reconhecimento e (re)humanização

João Luis Pereira Ourique – UFPEL – jlourique@yahoo.com.br

Resumo: A partir das atividades do projeto de extensão *Remição de pena através da prática de leitura no Presídio Regional de Pelotas*, da Universidade Federal de Pelotas, foi possível identificar várias questões que problematizam a formação humana e o trabalho docente. Nesse sentido, o objetivo principal deste ensaio é destacar algumas situações e perspectivas que atravessam o trabalho do professor de literatura em sua intenção de colaborar para a formação de leitores literários. A articulação necessária entre professores, acadêmicos e os leitores privados de liberdade evidenciou que a falta de valorização e de profundidade da leitura é um dos principais problemas existentes nesse processo, ainda mais se somada a ideia de que a leitura em si mesma, de forma solipsística, seria capaz de substituir as relações que se exigem a partir dela. As reflexões de Antonio Candido sobre a função humanizadora da literatura e de Axel Honneth acerca do reconhecimento são utilizadas como base para este trabalho.

Palavras-chaves: Remição, Literatura, Reconhecimento

Parte 1 – Sobre o projeto

O projeto *Remição de Pena Através da Prática de Leitura no Presídio Regional de Pelotas*, da Universidade Federal de Pelotas, tem como um dos seus principais objetivos incentivar a leitura das pessoas privadas de liberdade. Além da realização das leituras por parte dos integrantes do projeto e da produção de conteúdo para a página do Instagram (<https://www.instagram.com/remicao eleitura>), criada para divulgar o trabalho realizado e articular as leituras realizadas pelos demais envolvidos nesse processo – professores, agentes, psicólogos, assistentes sociais –, este projeto também procura angariar livros para levar aos leitores no presídio visando fornecer exemplares da “Obra do mês”, considerando o tempo

previsto para que cada lectura possa ser realizada.

No período de setembro de 2022 a novembro de 2023, foram selecionadas obras de autores brasileiros de vários períodos literários e contextos históricos, a saber: *Contos gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, *Melhores contos de Lygia Fagundes Teles*, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, *Dom Casmurro*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, de Machado de Assis, *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, *Inocência*, de Alfredo d'Escagnolle Taunay, *Dois irmãos*, de Milton Ratoum e o *Aveso da Pele*, de Jeferson Tenório.

Ainda que os leitores no presídio possam escolher outros livros disponíveis no acervo do NEEJA, a indicação e disponibilidade de obras também possibilitam um vínculo entre os leitores, que podem discutir suas impressões e dificuldades de entendimento durante o mês em que estarão voltados para uma leitura em comum. Após a leitura, a Comissão de Validação de Leitura, nomeada para fazer a leitura dos relatórios, encaminha os pareceres ao juiz da comarca para que seja validado e conferido aos leitores a remição de quatro dias da sua pena. Essa atividade é amparada na Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça em conformidade com a Ordem de Serviço nº 001/2021 do Departamento de Tratamento Penal, sendo estipulado o máximo de doze livros ao ano.

Considerando que a disponibilidade de materiais de leitura pode variar amplamente de um sistema prisional para outro, projetos com essa abordagem oportunizam um acesso à leitura que, além do benefício da remição, podem apresentar um retorno positivo para o desenvolvimento intelectual, emocional e psicológico, o que contribui para melhorar a autoestima e confiança das pessoas privadas de liberdade, tornando-as mais preparadas para o retorno ao convívio social. As atividades de leitura se somam aos programas de ressocialização que são importantes para a reintegração à sociedade e para a redução da reincidência criminal. Cabe destacar, ainda, que estas ações também visam a garantia dos direitos humanos, fomentando a humanização do sistema prisional e que não podem ser vistas unicamente pelo viés de seus resultados mensuráveis, sendo um processo de transformação que atinge a todo o ambiente, não se limitando às pessoas privadas de liberdade. O investimento em programas de ressocialização no sistema carcerário ajuda a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo em vista que a reintegração dessas pessoas à sociedade é um passo importante na luta contra a criminalidade.

Mesmo que o ambiente prisional oportunize um Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA, o projeto de remição e leitura se apresenta como uma oportunidade a mais para as pessoas privadas de liberdade ao ampliar o grupo de interessados na leitura literária. O caráter de organização e direcionamento a um conjunto de obras não limita ou restringe o acesso à leitura de forma espontânea por parte das pessoas privadas de liberdade, mesmo daquelas que integram o projeto.

A seleção de obras opera, portanto, em dois aspectos fundamentais: permitir que os leitores tenham acesso a exemplares para realizarem as leituras no período indicado, realizando os relatórios conforme as diretrizes previstas nas normativas e tornar viável o trabalho da *Comissão de Fomento à Leitura* (que atua dentro do sistema prisional e procura acompanhar o progresso das atividades de leitura de forma ampla) e da *Comissão de Validação dos Relatórios* (que tem a responsabilidade de avaliar os relatórios e validá-los para os dias de remição junto à Vara de Execução Penal). Essa organização traz ao grupo de leitores do presídio uma certa segurança ao terem orientações sobre as obras objeto da leitura e dos relatórios, tanto que alguns que já estavam lendo outros títulos por iniciativa própria, optaram pelas leituras indicadas também por terem possibilidade de conversar com os companheiros sobre suas impressões e dúvidas. Além disso, as comissões responsáveis por esse processo acabam tendo uma organização coerente ao se estabelecerem como leitores e não apenas como avaliadores, muitas vezes sem o devido conhecimento dos textos lidos pelas pessoas privadas de liberdade no exercício do que é definido como um direito que afeta não um indivíduo, mas o conjunto da sociedade.

E essa correlação entre direitos humanos e literatura é abordado de forma mais consistente a partir de Antonio Candido, quando afirma que

pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Essa me parece ser a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e auto-educação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que nossos direitos são mais urgentes que os do próximo. Nesse ponto as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direitos, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde –, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria o direito à ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isso não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. Ora, o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos (CANDIDO, 2004, p. 14-15).

Se esse semelhante se torna cada vez mais distante quando se evidencia a questão social, às pessoas privadas de liberdade se é colocada uma barreira, como se os muros e as grades tirassem qualquer acesso a esses direitos, estabelecendo uma punição absoluta e total, um apagamento de sua existência em relação à sociedade que ainda integram. E quando ampliamos essa reflexão pensando que as pessoas passaram, em um contexto atual de maior exclusão e intolerância, a negar o acesso à literatura não apenas por não reconhecerem os outros como seus semelhantes, mas também por não reconhecerem para si próprios o valor e a importância da leitura literária como elemento fundamental de humanização, percebemos um distanciamento cada vez maior do espírito humano em seu mergulho à individualização e desconexão com a diversidade/desigualdade social.

Parte 2 – Problematizações

A partir das considerações gerais sobre a importância da leitura literária e dos objetivos do projeto de remição e leitura que se ampara nas diretrizes legais e nas abordagens teóricas e críticas voltadas para a formação cultural, social e humana, procuramos também refletir sobre os problemas observáveis durante o processo de implementação e início das atividades, tanto na organização geral que envolve a participação de vários setores e profissionais, quanto dos integrantes do projeto no âmbito da universidade.

Assim, alguns desses problemas puderam ser observados a partir da noção apresentada por Antonio Candido sobre as funções da literatura, apontando para a necessidade de outros olhares sobre o papel dos professores não apenas na condição de formadores, mas de leitores em formação. Uma situação que evidencia paradoxos que mostram “o conflito entre a ideia tradicional de uma literatura que eleva e edifica (segundo os padrões oficiais) e sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores.” A literatura, assim, “humaniza em sentido profundo, porque faz viver.” (CANDIDO, 2002, p. 84-85).

A ausência, parcial ou absoluta, da literatura como parte desse processo formativo limita a própria vida, pois mesmo em seus aspectos mais contraditórios é possível observar uma existência possível ou uma realidade incontornável. Sua falta, portanto, se caracteriza como o desistência da construção do ser, mas uma desistência que não é capaz de se distanciar

do devir histórico e do avanço tecnológico, se constituindo em uma nova forma de reificação. Dessa forma, Axel Honneth apresenta, no capítulo *O primado do reconhecimento*, uma reflexão necessária para pensarmos essa realidade:

Para se tornar compreensível a tese de que o comportamento participativo precede a apreensão neutra da realidade, que o reconhecimento precede o conhecimento, eu preciso abandonar a âmbito da história em que até agora exclusivamente me movi. São necessárias algumas evidências e argumentos independentes para poder mostrar, sem meramente apelar às autoridades filosóficas, que uma camada de engajamento existencial se encontra de fato na base de todas as relações objetivadoras com o mundo; após esse passo intermediário, será possível esboçar de que maneira um conceito de “reificação” deveria ser configurado, preservando as intuições de Lukács nos termos de uma teoria do reconhecimento. A título de contraste, quero defender novamente a tese segundo a qual a especificidade do comportamento humano reside na atitude comunicativa que acompanha a adoção da perspectiva do outro; em oposição isso, eu gostaria de afirmar que essa capacidade de assumir racionalmente a perspectiva do outro está enraizada em uma interação prévia, que carrega os traços de uma preocupação existencial (HONNETH, 2018, p. 61).

No capítulo seguinte – *Reificação como esquecimento do reconhecimento* –, Honneth estabelece o esquecimento/amnésia como elemento chave para definir o conceito de “reificação”, pois “na medida em que na efetuação de nosso conhecimento perdemos o vestígio de que este se deve à nossa adoção de uma postura de reconhecimento, desenvolvemos a tendência de perceber os outros seres humanos meramente como objetos insensíveis.” (HONNETH, 2018, p. 87). E tal realidade implica os dois lados do processo quando pensamos as pessoas privadas de liberdade em sua relação com a sociedade que a segrega em razão de sentença condenatória e daqueles que estão nesse entre-lugar: em contato com a realidade prisional e conduzindo suas vidas no gozo pleno de seus direitos. A perda do reconhecimento se dá nesses dois universos de formas diferentes, mas ligadas ao mesmo princípio: o do olhar sobre o outro a partir da insensibilidade e da interação prévia que apaga a experiência concreta.

Esses abalos na formação humana podem ser percebidos a partir do que Honneth definiu como um desequilíbrio das “esferas do reconhecimento” em ao menos uma das suas três dimensões – familiar, social e estatal. O esquecimento do reconhecimento do outro – sim, porque o outro precisa ser reconhecido para existir enquanto ser social – implica em uma percepção individual que esquece a si no processo. O esforço para não reconhecer o outro é maior do que para reconhecê-lo, mas o exercício imposto e valorizado naquela direção produz uma postura de autorreificação na qual nos diluímos quase na mesma proporção em que nos distanciamos do outro.

Eu havia tentado mostrar que também a autorrelação individual pressupõe um tipo específico de reconhecimento prévio porque exige que compreendamos nossos próprios desejos e intenções enquanto parte de nosso *self* carente de articulação; na via contrária, uma tendência à autorreificação, segundo minha interpretação, surge sempre que começamos a esquecer (novamente) essa autoafirmação previamente em curso por concebermos nossos sentimentos psíquicos como objetos a serem meramente observados ou produzidos (HONNETH, 2018. p. 125-126).

Dessa forma, entender que a formação humana é um processo constante, também passa pela situação de perda, pela aceitação de que os valores sociais se modificam e podem se sustentar em premissas a partir da exclusão e da intolerância legitimadas em uma nova ordem cultural. A percepção dessa realidade amplia a perspectiva da teoria do reconhecimento de Honneth e insere a reflexão com base nas perdas evidenciadas no desequilíbrio da esfera estatal que aborda o direito e o autorrespeito, sendo a mais evidente para a realidade das pessoas privadas de liberdade que compõem o grupo de leitores. Ainda que o desequilíbrio seja no conjunto das esferas, a realidade do sistema carcerário torna visível a perda de parte – ou pelo menos a interrupção temporária – da formação humana, sendo a leitura literária uma oportunidade de recuperação a partir do reconhecimento de sua função (re)humanizadora. E esse potencial da leitura literária possibilita que todos os envolvidos no processo, desde as pessoas privadas de liberdade, suas famílias, passando pelos agentes penitenciários, psicólogos e professores, possam interagir com base nas experiências de leitura e de escrita realizadas para atender às normativas para a remição de pena.

A aceitação de que os valores construídos com base nos ideais civilizatórios possam ser modificados e redefinidos sob outra lógica dialoga com a percepção de Terry Eagleton sobre literatura de que “pode variar o conceito do público sobre o tipo de escrita considerado como digno de valor. Até as razões que determinam a formação do critério de valioso podem se modificar.” Acrescenta que *Valor* é um termo transitivo, pois “significa tudo aquilo que é considerado como valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos.” (EAGLETON, 2006, p. 17). Tal entendimento não se preocupa com as obras em si, mas destaca a leitura inserida nessa percepção: a de diálogo com outros contextos sociais e históricos e sua contribuição para o processo formativo individual e coletivo.

A essa reflexão se soma a análise de Jacques Rancière sobre a democracia como um valor supostamente inquestionável a partir do “paradoxo democrático: a democracia, como forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do

gobierno democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele” (RANCIÈRE, 2014, p. 17). Isso demonstra que a cultura e a forma de organização política partem de escolhas e de legitimações mais amplas – muitas dessas decisões tomadas sem a participação da maior parte da sociedade. Ocorre uma desconfiguração do próprio conceito de democracia para servir aos princípios da opressão, conforme alerta Rancière:

Portanto, numa primeira análise, podemos identificar o princípio do novo discurso antidemocrático. O retrato que ele faz da democracia tem traços que eram atribuídos antigamente ao totalitarismo. Ele passa assim por um processo de desfiguração: como se, tendo se tornado inútil o conceito de totalitarismo, moldado pelas necessidades da Guerra Fria, seus traços pudessem ser decompostos e recompostos para refazer o retrato daquilo que se supunha ser seu contrário, a democracia (2014, p. 23).

Pensando na leitura literária – seu acesso e condições formativas a partir dela – como um espaço de consolidação da democracia ao mesmo tempo em que se situa como potencial para a propaganda de cunho autoritário, defendemos um cenário em que as discussões se estabeleçam no espaço da dúvida constante, pois a própria democracia pode ser colocada em dúvida, mas a ausência da dúvida torna o espaço democrático inexistente, ou seja, um mundo de certezas carrega o totalitarismo em sua essência.

É necessário, nesse momento, destacar que os aspectos formativos que decorrem da leitura literária não ocorrem de forma direta, ou seja, precisam passar por um percurso que desestruture uma valorização meramente de caráter utilitário que resulta em uma aplicação de habilidades assimiladas para a resolução de problemas. A formação e o conhecimento adquiridos mediante a leitura literária não é facilmente identificado ou percebido, pois o leitor quando compreende uma obra acaba por incorporá-la como parte de si, não sendo uma habilidade prática, mas algo que o integra. E, infelizmente, esse é um entendimento que não é claro para muitos professores que acabam por sucumbir aos modelos utilitários com frequência, especialmente quando procuram associar a leitura literária a uma melhora na escrita e no conhecimento gramatical.

No decorrer das ações realizadas, especialmente visando o início das atividades em que o estabelecimento das diretrizes e observação às normas jurídicas se faziam necessárias, foi possível observar alguns dos problemas relacionados com o entendimento do que seria o ideal para as práticas de leitura e de escrita por parte das pessoas privadas de liberdade, evidenciando preconceitos e noções consolidadas do papel do leitor e do educador nesse processo.

O primeiro aspecto identificado foi na proposta do projeto de estabelecer indicações

de obras para o grupo de leitores com a intenção de oferecer uma base qualificada de um outro grupo de leitores (os demais integrantes do projeto, professores e acadêmicos dos cursos de Letras da Universidade Federal de Pelotas, bem como outros profissionais que viriam a colaborar com o andamento das atividades de remição e leitura). A partir de uma referência à Nota técnica que permitia às pessoas privadas de liberdade a livre escolha de obras literárias para a realização da leitura e conseqüente relatório no período de 30 dias, houve uma certa restrição às indicações visando obras em comum para o grupo, pois haveria uma limitação – até ilegalidade – ao não deixar em aberto a escolha das obras. Na apresentação desse argumento pautado em uma leitura restrita das normativas oficiais, não houve uma preocupação com a leitura das obras literárias a ser realizada pela Comissão de Validação de Leitura responsável por validar os relatórios produzidos pelos leitores no presídio, desprezando como parte desse processo as trocas e as responsabilidades de todos os envolvidos.

Além desse aspecto evidenciado durante as reuniões preparatórias para o início das atividades, também foram percebidos outros problemas decorrentes da falta de leituras literárias por parte de alguns participantes do projeto e na ausência de um interesse em realizá-las no período previsto. Preconceitos sobre os leitores, não limitados à realidade carcerária, mas também sobre a condição social e uma suposta defasagem formativa se fizeram presentes em alguns momentos. A privação de liberdade fazia com que esses indivíduos fossem percebidos como incapazes de acessar o conteúdo das obras literárias por parte de muitas pessoas vinculadas direta e indiretamente ao projeto, estabelecendo mais uma separação de forma ilógica, pois esse grupo de leitores no presídio estava, de fato, realizando as leituras e muitas daquelas pessoas apenas tinham uma preocupação desconectada: uma literatura sem leitura, sem função, sem humanidade.

Salientamos, nesse contexto, que um dos papéis mais importantes do professor nessa realidade, portanto, é a de estabelecer os pontos de (re)conexão a partir da leitura literária, reconhecendo as oportunidades no vácuo dos espaços formativos. No que consideramos o fechamento de um ciclo a partir das atividades do projeto, destacamos aspectos positivos que se tornaram visíveis e palpáveis para constar das observações finais deste ensaio. Do ponto de vista do grupo de leitores no presídio, os relatórios apresentaram uma evolução consistente, tanto no aspecto de coesão (correção no uso da norma culta), quanto de coerência (textos articulados, expressando de maneira clara as ideias principais decorrentes da leitura das obras

e as relações com contextos diversos), somando-se o interesse em discutir as obras nas oportunidades em que os contatos eram permitidos, extrapolando o contexto mais restrito da leitura como atividade individual.

No aspecto externo ao presídio também observamos uma mudança naqueles que se envolveram mais diretamente no projeto, especialmente a partir da produção de conteúdo para a página do Instagram – ferramenta que utilizamos para manter o envolvimento de acadêmicos que não tinham disponibilidade para participar de reuniões de maneira regular, bem como o contato com os vários integrantes no processo de socialização das leituras. A mudança de postura ocorreu no reconhecimento dos leitores no presídio como capazes de refletir e se inserirem enquanto sujeitos nesse processo e, tão significativamente quanto, na percepção de que a leitura não é uma atividade puramente de lazer, mas um trabalho que exige esforço, dedicação e entrega, não sendo algo fácil de ser realizada, especialmente se somada a necessidade de escrita de um relatório.

Os diversos preconceitos que observamos se articulam dentro do processo formativo de futuros professores e na individualização dessas responsabilidades que, muito frequentemente, se diluem em meio a atividades cotidianas em que o senso comum substitui uma preocupação com esse aspecto da cultura e da educação, fazendo com que esses professores não sejam eles também leitores, provocando uma *amnésia formativa* que atinge o conjunto da sociedade. Para argumentarmos a partir de um dos preconceitos mais comuns, que é o da remição de pena a partir de atividades de leitura literária o que, para muitos, seria algo absurdo e contra o desejo de punição absoluta a ser imposta às pessoas privadas de liberdade, salientamos alguns números (dados de abril de 2023) que detalham parte dessa realidade.

Das 1.263 pessoas privadas de liberdade, 777 estão no regime fechado e 486 no regime semi-aberto. Os envolvidos em atividades de sócio-educativas contabilizam 57 alunos matriculados no NEEJA (Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos); 21 leitores que têm acesso ao pavilhão onde está localizada a biblioteca; 12 leitores que fazem parte do projeto *Remição de Pena através da Prática de Leitura da Universidade Federal de Pelotas*; 10 leitores de um segundo grupo, abrangendo outras galerias com maior restrição. Destacamos, por fim, que o projeto da Universidade Católica de Pelotas desenvolve o projeto *Asas à leitura* que atende 07 monitorados eletronicamente. Podemos observar que se trata de um número inexpressivo se considerarmos a quantidade de indivíduos apenas no Presídio

Regional de Pelotas, existindo vários fatores para colaborar com essa realidade, dentre os quais, o pouco interesse das pessoas privadas de liberdade na participação de projetos de leitura, a falta de informação e acesso, apesar do trabalho contínuo dos agentes, psicólogos e assistentes sociais dentro do presídio e de profissionais da educação dentro e fora do espaço prisional, além de toda uma estrutura punitivista que não prioriza os fatores de ressocialização.

Encerramos defendendo que a ruptura com um modelo de educação que fortalece os preconceitos e normaliza um entendimento restrito e limitado sobre a leitura e a consequente (de)formação de sujeitos-leitores se torna uma necessidade e uma urgência, pois a falta desse reconhecimento opera em uma direção contrária à consolidação do projeto humanista, se perdendo em meio a reflexões vazias que visam apagar o outro em sua complexidade.

Referências:

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura e outros ensaios**. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução: Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Tradução: Rúrion Melo. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.